

[5]

A EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE PESSOAL DA RENDA EM SANTA CATARINA NO PERÍODO DE 1970 A 2010

Amanda Zuffo Reginatto*

88

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi analisar o comportamento e a evolução da desigualdade pessoal da renda no estado de Santa Catarina de 1970 a 2010. Foram empregados os microdados dos Censos Demográficos, analisando a desigualdade pessoal de renda dos catarinenses por grupos, como gênero, cor e grau de escolaridade, para identificar onde ocorrem as maiores concentrações de renda. Para tanto, foi utilizado o índice de Gini e feito um comparativo entre a renda média e a renda dos extremos da população. Os resultados apontaram para uma queda na desigualdade de renda dos catarinenses em 2010 entre todos os grupos analisados. Ao longo do estudo, verificou-se a complexidade da discussão sobre a desigualdade de renda e a importância dessas pesquisas para implementação e avaliação das políticas públicas, visando auxiliar na diminuição da desigualdade de renda e melhorar o bem-estar da sociedade.

Palavras-chave: Desigualdade pessoal de renda. Índice de Gin. Microdados. Políticas públicas.

Abstract: The objective of this research was to analyze the behavior and the evolution of income inequality in the state of Santa Catarina from 1970 to 2010. They were employees of the Demographic Census microdata, analyzing personal income inequality of Santa Catarina by groups such as gender, color and degree education, to identify where the greatest income concentrations occur. Therefore, we used the Gini index and made a comparison between the average income and the income of extreme population. The results pointed to a fall in income inequality of Santa Catarina in 2010 among all groups. Throughout the study, there was the complexity of the discussion on income inequality and the importance of this research to implementation and evaluation of public policies in order to help to reduce income inequality and improve the well-being of society.

Keywords: Personal income inequality. Gini index. Microdata. Public politics.

5.1 Introdução

A desigualdade, em particular a desigualdade de renda, é tão enraizada na história do Brasil que tem se tornado uma marca brasileira, infelizmente. Se no passado a mesma chegou a ter finalidade de alavancar a acumulação de capital físico¹ para industrializar e urbanizar o país, hoje se tornou prejudicial, não apenas para

* Economista formada pela Unochapecó. Ganhadora do XVIII Prêmio Catarinense de Economia na categoria economista. E-mail: amandazuffo@yahoo.com.br

a classe menos favorecida, mas para toda a sociedade brasileira. Sua perversidade é nociva até mesmo para o próprio capitalismo, como tem sido demonstrado nos trabalhos recentes de Piketty (2014).

A desigualdade também é um importante componente nas discussões referentes à pobreza, um problema mundial que preocupa a sociedade moderna. Apesar do aumento da capacidade em gerar riqueza de certas economias, a incidência da pobreza se mostra um fenômeno persistente. Em geral, os níveis de pobreza têm como ponto de partida a insuficiência de renda para o atendimento das necessidades básicas das pessoas.

O Brasil situa-se entre uma das economias com renda *per capita* relativamente elevada, R\$ 21.252,00 (BACEN, 2012), porém não garante igualdade na distribuição entre sua população. Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2001), a incidência da pobreza no Brasil é maior do que na maioria dos países que possuem renda *per capita* equivalente. Para os autores, o crescimento econômico não é eficiente na redução da pobreza no Brasil, ou seja, os efeitos desse crescimento sobre a redução da pobreza é menor do que em outros países que possuem o mesmo nível de renda brasileiro.

Para muitos países, a grande causa da desigualdade e, conseqüentemente, da pobreza, está na falta de recursos disponíveis. Entretanto, a origem da pobreza brasileira não está na escassez de recursos, mas sim na desigual repartição dos rendimentos.

Por ser um país territorialmente grande, o Brasil possui regiões com características geográficas, históricas, culturais e econômicas distintas, e não seria diferente no que tange à desigualdade, em particular de renda. Segundo Ferreira, Redivo e Vieira (2009,), os índices de Gini² dos estados brasileiros em 2009 variaram entre 0,45 (Santa Catarina) e 0,62 (Distrito Federal), sendo que o indicador do país foi 0,54. Segundo os autores, Santa Catarina é o estado com menor desigualdade de renda entre as Unidades da Federação, uma dinâmica bastante particular.

Para os mesmos autores, a formação socioeconômica de Santa Catarina é o que o torna diferente dos outros estados, pois o estado catarinense não teve suas raízes fundadas no trabalho escravo, em latifúndios, mas na produção mercantil, a qual originou importantes polos industriais e colaboraram para o processo de desenvolvimento social, uma vez que havia uma população mais homogênea em termos étnicos e de capital humano. Os índices socioeconômicos estão entre os melhores do país, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Santa Catarina ocupa a segunda colocação do país, 0,84, estando apenas atrás do Distrito Federal (PNUD, 2008).

Contudo, não há uma análise que investiga os microfundamentos da distribuição de renda, focando essencialmente nos aspectos gerais apresentados pelo Índice de Gini, ou seja, um estudo de como ele se distribui entre os gêneros, escola-

ridade e cor, por exemplo. De fato, os microfundamentos da distribuição de renda no estado catarinense ainda carecem de uma análise mais detalhada.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é analisar o comportamento e a evolução da desigualdade pessoal da renda no estado de Santa Catarina no período de 1970 a 2010. Para isso, realizou-se um extenso trabalho de compilação dos microdados dos censos demográficos das últimas cinco décadas no estado. A partir do tratamento da base, aplicou-se o cálculo do índice de Gini, como primeira medida aproximada da desigualdade pessoal da renda, separando a análise em grupos de renda, gênero, escolaridade e cor. Nesse sentido, o artigo contribuiu para o estudo da desigualdade pessoal da renda no Brasil por lançar um olhar mais microfundamento da sua dinâmica no estado de Santa Catarina, em linha com os trabalhos de Neri (2011) e Barros (2012) para outros contextos.

Diante do exposto, além desta introdução o estudo está estruturado da seguinte forma: A seção 2 destina-se a revisão da literatura relacionada ao tema. A seção 3 apresenta o método e a técnica aplicada. Os resultados da pesquisa são apresentados na seção 4, e por fim as conclusões são apresentadas numa seção final.

5.2 Literatura relacionada

A descrição utilitarista da Economia do Bem-Estar é uma, entre as várias possibilidades pertinentes³, abordagem apropriada para o estudo da distribuição de renda. Ela demonstra que o ótimo social pode ser alcançado pela distribuição adequada da renda entre os indivíduos, a partir das funções de bem-estar social, atribuindo a utilidade de cada indivíduo na determinação do que é socialmente desejável.

O conceito de bem-estar tem conotações diferentes quando se nota, ao longo da história, os diversos pensamentos referentes a um melhor nível de vida de uma comunidade. Para Adam Smith, bem-estar é riqueza, para Pigou é utilidade, David Ricardo é valor e preço, a Keynes é moeda ou valor real, a Pareto é combinação ou escolha, a Walras e Marshall é estado de equilíbrio, já para Lewis e Myint é desenvolvimento e crescimento econômico de uma nação (SOUZA, 2011).

A economia do bem-estar está caracterizada entre duas abordagens, a welfarista e a não-welfarista. A abordagem welfarista concentra-se em variáveis quantitativas de padrão de vida e renda na economia. A abordagem não-welfarista tem sido defendida nas últimas décadas por Amartya Sen, em que o bem-estar e a pobreza são mensurados em critérios multidimensionais. Ou seja, a abordagem welfarista está ligada à ideia de geração de renda para combater a pobreza. Nesse sentido, Sen (2001)

acredita que o combate à pobreza não deve estar limitado à renda, mas na ampliação das capacidades individuais.

O ideal welfarista está baseado na premissa microeconômica neoclássica, de que os indivíduos são racionais, por isso são considerados os melhores juízes no tipo de vida e escolhas que devem fazer. Os indivíduos fazem suas escolhas de produção e consumo conforme o conjunto de suas preferências, buscando maximizar sua utilidade. As análises utilitaristas são realizadas a partir das funções de bem-estar social, atribuindo a utilidade de cada indivíduo na determinação do que é socialmente desejável e ressaltando que tal condição resulta de decisões política, ou seja, de aspectos normativos. Na economia, tal descrição passou a fazer parte de análises de equilíbrio geral.

Pareto complementou o modelo do equilíbrio geral Walrasiano, reafirmando os princípios básicos da eficiência nas trocas e um nível ótimo de bem-estar. As alocações eficientes, no sentido de Pareto, representam alocações de bens em que ninguém consegue aumentar o próprio bem-estar sem reduzir o bem-estar de outra pessoa.

Dessa forma, sempre haverá vantagem para uma pessoa em detrimento de outra. Ou seja, se a vantagem for vista individualmente, essa eficiência torna-se, como mencionado na teoria de Pareto, o conceito de “ótimo de Pareto”, em que a utilidade de nenhuma pessoa pode ser aumentada, sem reduzir a utilidade de outra pessoa (MAS-COLELL; WHINSTON; GREEN, 1995). Se essa eficiência fosse utilizada em termos de liberdade, isso exigiria que nenhuma liberdade aumentasse sem reduzir a liberdade de outro indivíduo (SEN, 2001, p. 57).

A estrutura lógica da Economia do Bem-Estar opera por meio dos chamados Teoremas do Bem-Estar. Esses teoremas identificam em quais condições o equilíbrio de mercado leva a resultados desejados economicamente, além de debater as condições normativas na política pública.

O primeiro teorema afirma que: “Se todos fizerem transações em um mercado competitivo, todas as transações mutuamente vantajosas serão realizadas e o equilíbrio na alocação dos recursos será economicamente eficiente” (PINDYCK; RUBINFELD, 2009, p. 531). Esse teorema mostra que, sob certas condições, como ausência de externalidades, cada equilíbrio perfeitamente competitivo é um ótimo de Pareto.

O segundo teorema do bem-estar considera que a eficiência pode ser atingida como resultado de um equilíbrio competitivo, com uma distribuição de recursos entre os indivíduos, sendo que tais distribuições não gerarão ineficiências.

Boa parte da reflexão de políticas públicas está inserida no segundo teorema, o qual contém a ideia de que o mercado por si só não é capaz de assegurar a obtenção de alocações “justas”. As forças de mercado são “combinadas” com uma redistribuição dos recursos iniciais, de forma a se atingir uma alocação adequada. Com isso, o go-

verno é o principal responsável pela implementação de políticas redistributivas por meio de impostos e subsídios, que realizam a redistribuição desejada sem que as condições de eficiência sejam alteradas.

Dessa forma, a pesquisa utiliza como referencial teórico a abordagem utilitarista do bem-estar, pois essa foca exclusivamente na renda como melhoria do bem-estar das pessoas, utilizando para tal avaliação os dois teoremas do bem-estar inseridos no contexto do equilíbrio geral.

5.3 Métodos e técnicas

Embora não exista um índice seguramente melhor do que outro para avaliar a desigualdade pessoal da renda, o mais utilizado é o índice de Gini. Esse coeficiente é construído a partir da curva de Lorenz, que é uma representação gráfica da frequência relativa acumulada e comparada à distribuição empírica de uma variável sob condições de perfeita igualdade, que será uma linha reta. Quando a curva da frequência estiver mais próxima da reta da distribuição igualitária, menor será o índice de Gini e vice-versa. Nesse sentido, o índice de Gini é definido de acordo com a seguinte equação:

$$G = \frac{\alpha}{0,5} = 2\alpha \quad (5.1)$$

O Índice de Gini, revela o grau da desigualdade de renda e a renda média corresponde à distinção de segmentos da distribuição de renda. Ele é o utilizado nos relatórios de Desenvolvimento Humano e do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para comparar a distribuição de renda entre países, e para determinados contextos, tem se revelado um bom indicador para comparações de dados entre e intragrupos de indivíduos, regiões ou países.

Para a pesquisa foram utilizados os microdados dos censos demográficos de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010. Esses dados são armazenados pelo IBGE no formato *American Standard Code for Information Interchange* (ASCII), sob a forma de códigos numéricos, que só podem ser extraídos em *softwares* estatísticos, para posterior leitura e cruzamento dos dados conforme o interesse do estudo.

Nesta pesquisa, empregou-se o *software* Statistical Package for the Social Sciences (SPSS 20), que fornece o suporte para filtrar as amostras conforme a necessidade e objetivo da pesquisa. Dessa forma, a base de dados foi filtrada entre a

população em idade ativa, ou seja, pessoas teoricamente aptas a exercer uma atividade econômica e a população economicamente ativa, as pessoas que exerceram algum trabalho remunerado em dinheiro, produtos ou mercadorias ou as que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho na semana de referência.

Como o rendimento é a principal variável analisada neste estudo, é importante fornecer detalhes dessa variável nos diferentes censos. Os primeiros resultados do censo começaram ser aplicados na década de 1960, dessa forma ocorreram mudanças nos formulários e na metodologia do levantamento dos dados com o passar do tempo, visando à melhoria da qualidade das informações.

No censo de 1970 há pouca informação sobre os rendimentos, apenas uma questão captava as informações, sendo que não há declaração se o rendimento é bruto ou líquido, apenas que é o rendimento médio mensal em cruzeiros. Também não foram divulgados os dados para a variável cor na década de 1970. No censo de 1980, os rendimentos das pessoas resultaram da soma de quatro categorias: a) rendimento da ocupação principal, b) de outras ocupações, c) de aposentadoria ou pensão e d) outros rendimentos (aluguéis, arrendamento, doações, pensão alimentícia), todos em cruzeiros. O mesmo ocorreu para a década de 1990, em que os rendimentos corresponderam ao valor bruto recebido no mês de agosto de 1991, em cruzeiros.

Nos dados censitários de 2000 e 2010, o rendimento total de cada pessoa tem como referência o mês de julho expresso em reais. Esse rendimento é derivado de sete categorias: a) trabalho principal; b) demais trabalhos; c) aposentadorias e pensões; d) aluguel; e) pensão alimentícia; f) bolsa escola, seguro desemprego e outros rendimentos de programas oficiais de auxílio; g) outros rendimentos.

Como os rendimentos nos Censos Demográficos estavam em valores monetários diferentes, para tornar as rendas comparáveis foi necessário transformar os mesmos em uma única unidade monetária, o real. Também foi utilizado um índice de preços para deflacionar a renda, já que ocorrem variações de preços ao longo do tempo. Foi utilizado o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), base agosto de 1994, que mede o comportamento de preços em geral da economia brasileira.

Após os dados filtrados, transformados em reais e deflacionados, foi possível disponibilizá-los em gráficos e tabelas das distribuições de renda em percentil. Por fim, foram construídas as distribuições na Curva de Lorenz para uma melhor visualização e análise dos dados, descrevendo-se os resultados obtidos.

5.4 Resultados encontrados

Nesta seção, apresentam-se os principais resultados encontrados na pesquisa.

A Figura 5.1 apresenta a evolução temporal do índice de Gini da população economicamente ativa do Estado de Santa Catarina ao longo das últimas cinco décadas:

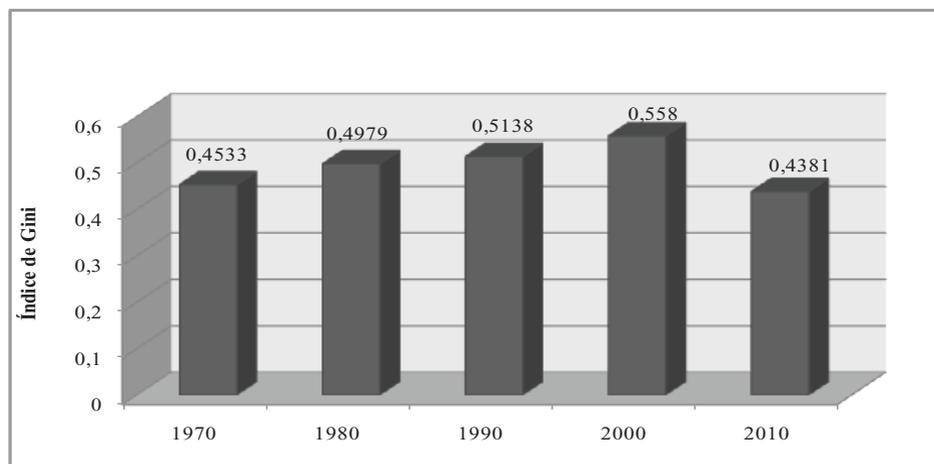


Figura 5.1 – Índice de Gini de Santa Catarina (1970-2010)

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico do Brasil em 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010

De acordo com a figura acima, a desigualdade de renda no estado catarinense esteve numa trajetória ascendente em todo o período, com um pico maior entre as décadas de 1990 e 2000. O índice de Gini em 2000 foi superior ao da década de 1990. Ou seja, a mudança no desempenho da economia nacional ao longo de 1990 aumentou a concentração de renda no estado e consequentemente a desigualdade, o que resultou em um índice elevado no censo de 2000.

Porém, ao longo dos anos 2000, iniciou-se um período de redução na desigualdade de renda por meio de políticas públicas e programas de transferência de renda. Um desses programas foi o Bolsa Família, criado em 2003, com o objetivo de reduzir a pobreza e desigualdade de renda, provendo um benefício mínimo para famílias pobres. “Tais programas contribuíram para uma significativa queda da desigualdade de renda brasileira nos anos seguintes” (ALVIM; BAGOLIN; CARNEIRO, 2009, p. 4).

Adiante, busca-se evidenciar o comportamento da renda da população, ou seja, em quais grupos ocorreram ganhos e perdas na participação de renda, além de

mostrar onde a renda está mais concentrada. Para isso, as rendas foram analisadas por quantis, para verificar em quais estratos da população ocorreram os maiores aumentos e quedas da desigualdade. “Um quantil é uma separatriz, o valor da fronteira que divide estratos da população” (MEDEIROS, 2006, p. 16).

Na Tabela 5.1, verificam-se as distribuições dos rendimentos, da população dividida em grupos, sendo que o grupo representado pelo percentil 10 representa a renda dos 10% mais pobres, do mesmo modo que o último grupo é formado pela camada mais rica da população.

Tabela 5.1 – Distribuição da renda por percentil da população de Santa Catarina (1970-2010)

Percentis	1970	1980	1990	2000	2010
1	0,00	30,38	6,34	18,66	20,13
5	32,24	60,75	26,61	46,66	57,23
10	46,05	91,13	44,35	69,98	100,99
20	92,10	124,54	69,69	93,31	114,45
30	119,74	139,73	100,22	116,64	134,65
40	142,76	157,96	126,70	139,97	165,17
50	156,58	194,41	158,38	163,30	190,76
60	184,21	243,01	197,87	186,62	224,42
70	221,05	303,76	253,41	233,28	269,31
80	276,31	394,89	335,76	349,92	336,63
90	414,47	607,53	506,81	559,87	561,05
95	598,68	1063,18	760,22	933,11	785,48
99	1657,87	3037,64	1647,13	2332,79	2019,79

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico do Brasil em 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010

O nível de rendimento médio em Santa Catarina apresentou oscilações entre os períodos analisados. Os dados expostos demonstraram que a renda do percentil 99 para a década de 1970 é R\$ 1657,87, significa que cada uma das pessoas classificadas como 1% mais ricas, ganhou pelo menos o valor mencionado nesse período. O mesmo ocorreu com os 10% mais pobres, cujo rendimento foi R\$ 46,05. Com isso, observa-se que a renda da parcela mais rica recebia em média 5 vezes mais que o valor da média geral (R\$303,23) e enquanto os 10% mais pobres, recebiam em média 6,5 vezes menos. Além disso, o 1% da população mais rica detém uma parcela da renda superior à apropriada por metade de toda população restante. Entretanto, ao analisar a evolução da renda desses dois estratos da população no decorrer das décadas, percebe-se que a renda dos 10% mais pobres subiu aproximadamente 119% e para os 1% mais ricos a elevação foi em torno de 29% de 1970 para 2010. Com isso,

conclui-se que a renda da população dos estratos mais pobres, aumentou de maneira mais acelerada do que a população mais rica.

A partir dessa constatação verifica-se que não ocorreu um aumento na renda de toda a população na última década, e sim dos estratos inferiores. Isso demonstra que uma redistribuição da renda dos ricos para os pobres não representa uma “Eficiência de Pareto” ou “Ótimo de Pareto”.

Com isso, insere-se nessa análise, o segundo Teorema do Bem-Estar, que explica qual a melhor maneira de se obter a justiça social sem interferir nos mercados em livre concorrência. Para que isso ocorra, é necessário a interferência do Estado, que garanta uma distribuição inicial de renda, a qual se deseja alcançar, e depois o mercado ajustaria o restante.

A seguir analisou-se o comportamento da desigualdade entre grupos diferenciados por gênero, cor e grau de escolaridade e, por fim, a interação entre as três variáveis, buscando analisar onde ocorreram os maiores ganhos e perdas na renda da população catarinense e mostrar onde a renda está mais concentrada.

Em relação ao gênero avalia-se a disparidade da população catarinense, bem como o comportamento do índice de Gini para os homens e mulheres ao longo das décadas analisadas.

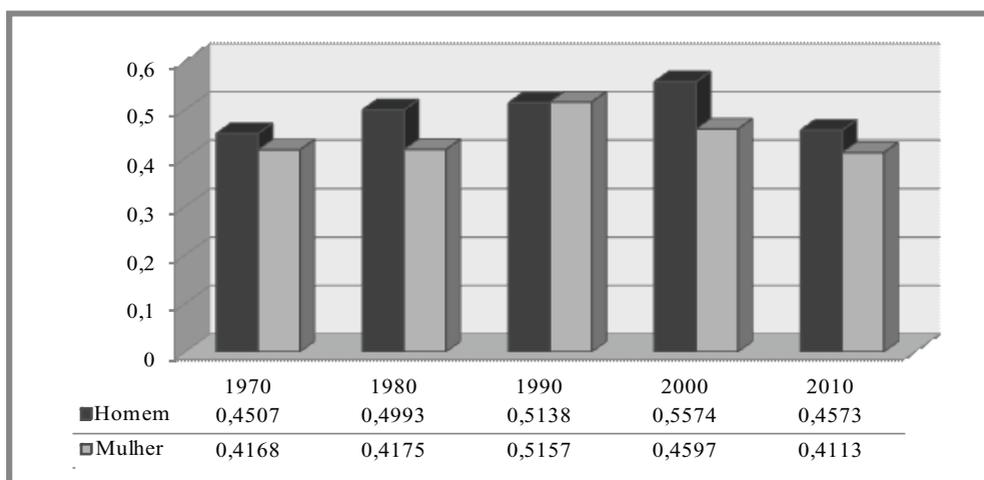


Figura 5.2 – Índice de Gini de Santa Catarina, classificado por gênero (1970-2010)

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico do Brasil em 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010

Observa-se que os índices de Gini tanto para homens como para mulheres estiveram relativamente próximos na década de 1990. Porém, o índice de Gini dos

homens, em média, é maior do que o das mulheres. O declínio do índice para os homens no período de 1990-2010 foi de 12,4% contra uma redução de 25,4% entre as mulheres. E entre as décadas de 2000 e 2010 foi 21,9% para o sexo masculino contra 11,8% para o sexo feminino.

Constata-se que a desigualdade de renda das mulheres entre 1980 e 1990, aumentou 23,52%, enquanto que para os homens o aumento foi de 2,90%. Isso deve-se ao fato de que as mulheres possuíam as ocupações menos valorizadas e, muitas vezes, na informalidade ou desprotegidas de qualquer regulamentação que lhes garantisse direitos sociais. A desigualdade de renda entre as mulheres foi menor do que a registrada pelos homens ao longo do tempo analisado. Na década de 2010, verificou-se uma queda de 11,8% na desigualdade entre as mulheres, enquanto para os homens a desigualdade aumentou 8,5%. Isso foi resultado do aumento do número de mulheres catarinense no mercado de trabalho formal a partir da década de 1990. Entre 1986 e 2011, o emprego feminino cresceu a uma taxa média anual de 4,8% contra 3,1% no emprego dos homens (ARUTO; SANTOS; VIEIRA FILHO, 2013, p. 3).

Apesar da expansão das mulheres catarinenses no mercado de trabalho formal, superando a taxa de crescimento do emprego masculino, o rendimento feminino continua abaixo do masculino.

O diferencial salarial entre os gêneros, que em 1970 registrou que as mulheres recebiam, em média, 63,5% menos que os homens. Essa diferença aumentou para 83,5% em 1980. A década de 1990 representou a menor diferença entre os rendimentos. Na década de 2000, os homens receberam, em média, 67,18% a mais que as mulheres.

Entre 2000 e 2010, as mulheres catarinenses apresentaram um ganho real de 9,7%, enquanto que a renda média masculina sofreu uma queda de 3,5%. Entretanto, o rendimento dos indivíduos do sexo masculino foi 1,5 vezes maior que o feminino, ou seja, a renda média dos homens foi 47,3% superior à renda das mulheres. Ao examinar a parcela de renda apropriada pelo 1% mais rico e os 10% mais pobres, as rendas dessas parcelas do sexo masculino foram 100% e 150%, nessa ordem, maiores que o rendimento das mulheres na década de 1970. Esses números reduziram para 56,26% e 66,67%, respectivamente, em 2010. Ou seja, na última década, a diferença entre o rendimento dos sexos reduziu à metade.

Um estudo realizado pelo Ministério do Trabalho revelou que Santa Catarina é o estado brasileiro em que há a maior diferença salarial entre homens e mulheres (ALBRECHT, 2011, p. 6). Conforme observado, as mulheres no mercado de trabalho formal catarinense vêm ganhando maior espaço. Segundo Aruto e Santos (2013, p. 3), as variáveis que têm afetado a participação feminina no mercado de trabalho são a elevação de escolaridade, a redução do número de filhos, a maior autonomia e a necessidade de contribuir para a elevação da renda familiar.

A partir dos dados analisados, verificou-se uma queda na desigualdade de renda para ambos os sexos em 2010. O índice de Gini para o sexo feminino foi menor que o masculino na maioria dos períodos analisados. O rendimento médio das mulheres catarinenses foi, em média, 1,5 vezes menor que o rendimento dos homens.

Para a categoria “cor” adotada nesta pesquisa, embasou-se na classificação do IBGE e nos seus inquéritos censitários e amostrais, que dividem a população em “brancos”, “pretos”, “pardos”, “amarelos” e “indígenas”, por meio da autodeclaração dos entrevistados. As categorias “amarelos” e “indígenas” não foram incluídas na pesquisa, pois estes grupos representaram parcelas pequenas da população no período em questão.

Dessa forma, analisou-se o comportamento da desigualdade de renda da população declarada *branca* e *não branca*. Cumpre ressaltar que, a categoria não branca representa os indivíduos que se autodeclararam pretos ou pardos, classificou-se dessa forma esses indivíduos, pois os pardos não podem ser considerados brancos e nem pretos, com isso, as análises foram elaboradas, classificando-se a categoria de análise “cor” entre os brancos e os não brancos. Esse dado não pode ser analisado para a década de 1970, pois o censo não inclui essa informação nos microdados do universo.

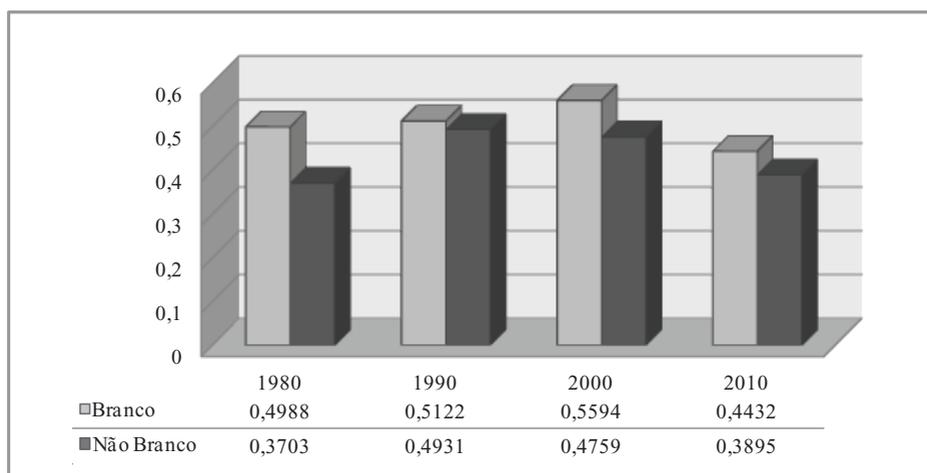


Figura 5.3 – Índice de Gini de Santa Catarina, classificado por cor (1980-2010)

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico do Brasil em 1980, 1990, 2000 e 2010

Verifica-se que o índice de Gini para a população não branca é menor que o índice dos brancos, ou seja, a desigualdade de renda entre os brancos é maior. Essa diferença foi observada em todos os períodos.

Entre as décadas de 1990 e 2000 ocorreu uma queda no índice de Gini para a população não branca, enquanto que para o grupo dos brancos o índice aumentou. A partir da década de 1990 começaram a haver efeitos de políticas governamentais de proteção social e de transferência de renda. Na década de 2000, o governo elaborou medidas no campo da educação, como a implantação de cotas, visando ampliar o acesso de estudantes não brancos ao ensino superior e programas que objetivam a sua inserção no mercado de trabalho. No período de 2000 a 2010, ocorreu a redução do coeficiente de Gini para as duas categorias. Para os brancos, a redução foi na ordem de 26%, para os não brancos foi de 22%.

Ao analisar a renda média da população catarinense por cor ao longo de toda a distribuição, a renda média dos brancos foi maior que a dos não brancos. O rendimento médio de um indivíduo não branco auferiu, em média, 63,01%, ou seja, os brancos ganharam 1,63 vezes mais que os não brancos no período considerado. Em 1980, o rendimento médio dos brancos foi 86,80% superior. Contudo, houve uma queda na diferença de renda em 1990, passando para 49,41%. Nas décadas de 2000 e 2010, a diferença dos rendimentos foi 69,92% e 47,77%, respectivamente.

Quanto às proporções de renda distribuídas entre a população branca e não branca, permitiu-se constatar uma heterogeneidade nos extremos das distribuições.

Observou-se que nos percentis, a renda média dos brancos é maior que a renda média dos não brancos presentes no mesmo percentil de suas respectivas distribuições. Isto é, a renda média dos 10% mais pobres entre os brancos é superior à renda média dos 10% mais pobres entre os não brancos. A razão entre as rendas médias foi aproximadamente 1,50 vezes superior em relação aos brancos nos primeiros décimos da distribuição, sendo que o valor dessa razão cresceu ao longo dos percentis superiores, chegando a alcançar 2,1 vezes no último percentil.

Os resultados apresentaram que a população não branca é proporcionalmente mais representada nos décimos inferiores da distribuição de renda. Além disso, para todas as classificações e em todos os períodos, o rendimento médio dos brancos esteve em níveis superiores ao dos não brancos, não diminuindo de forma relevante ao longo do período da análise. Além disso, entre os anos de 2000 e 2010, a renda da população mais rica ficou constante, enquanto que os mais pobres tiveram um ganho de renda. Isso pode ser explicado pelas políticas públicas de transferência de renda. Ao analisar a parcela do percentil 70, verificou-se que a mesma redução dos rendimentos para ambos os casos. Cabe destacar que a diferença de rendimento médio entre as duas categorias para a “cor” não ocorreu apenas pela evolução da renda dos não brancos, mas, principalmente, pela queda do rendimento real dos brancos.

Assim, os dados confirmam que os brancos são mais ricos e mais desiguais e os não brancos são mais iguais e mais pobres. Essa mesma análise foi observada na desigualdade de renda no Brasil, por Henriques (2001, p. 23), que chamou de clivagem socioeconômica, traduzindo o Brasil em dois mundos: “um Brasil branco mais rico e mais desigual” e um “Brasil não branco mais pobre e mais equânime”.

Outra variável analisada foi o nível de escolaridade, que é um fator que afeta diretamente a renda da população, pois está associada a melhorias no capital humano da força de trabalho, ou seja, o desempenho educacional é essencial na determinação dos rendimentos do trabalho e nas características socioeconômicas na população. “Investimento em ‘capital humano’, mais especificamente a escolarização ou qualificação, é um meio de os indivíduos visualizarem crescimentos potenciais em seus rendimentos futuros” (FERNANDES, 2001, p. 235). No Brasil, conforme Bagolin e Porto Júnior (2003, p. 2), cada ano adicional de escolaridade implica em valorização salarial elevada, que aliada à escassez de mão de obra qualificada, contribui para a concentração de renda pessoal do país.

A análise de remuneração foi realizada por grau de instrução, a fim de identificar as disparidades existentes entre a população. Para tal análise, filtrou-se a distribuição da renda por três níveis de escolaridade: primeiro grau (ensino fundamental), segundo grau (ensino médio) e terceiro grau (superior).

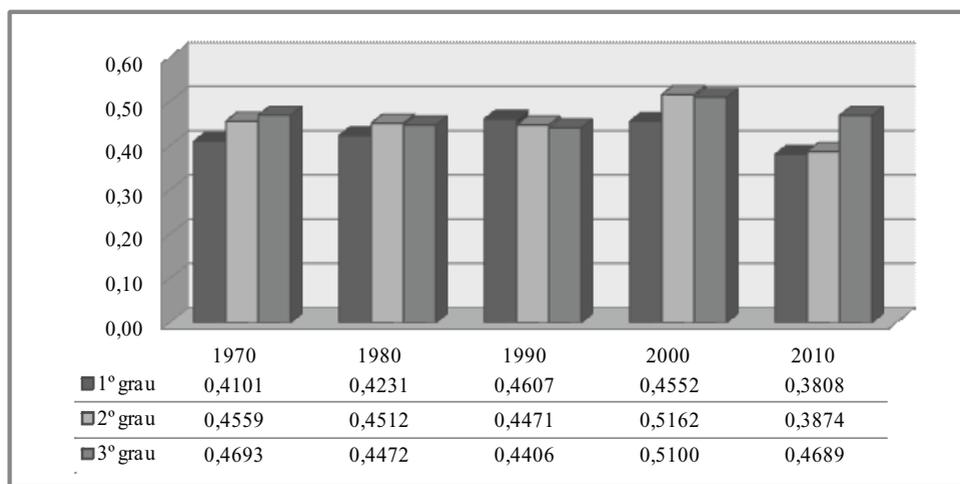


Figura 5.4 – Índice de Gini de Santa Catarina, classificado por níveis de educação (1970-2010)
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico do Brasil em 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010

Os dados obtidos revelam que o índice de Gini para os indivíduos com menor grau de escolaridade foi menor que para a população com maior educação.

Os menores índices foram observados nas três amostras em 2010, em que a menor redução do índice foi para o segundo nível, que passou de 0,5162 para 0,3874, ou seja, uma redução de 33,25%.

Ao analisar a renda média da população catarinense por grau de instrução, os rendimentos dos indivíduos com maior grau de instrução foram superiores em todo o período analisado. Além disso, observou-se que há uma diferença de 73,30% entre o rendimento médio das pessoas com ensino fundamental e ensino médio, e 133,75% entre os ensinos médios e o superior.

O rendimento médio dos indivíduos com ensino fundamental aumentou no período considerado. Entretanto, isso não ocorreu para os indivíduos com ensino médio e superior. Notou-se que a renda para o nível superior só não ocorreu redução entre a década de 1990/2000, nos outros períodos houve redução nos rendimentos, isso pode ser analisado a partir do fato de que o número de indivíduos com grau superior aumentou ao longo do tempo, propiciando uma queda dos rendimentos reais.

Os resultados mostraram que na medida em que o grau de instrução aumenta, ampliam-se também as diferenças entre as remunerações da população, ou seja, a desigualdade educacional tende a traduzir-se em desigualdade salarial.

Observou-se uma melhora no rendimento das parcelas inferiores da população em 2010 em relação aos outros períodos, e uma redução no rendimento da parcela mais rica da população. Ou seja, a parcela mais rica ganhava 21,67 vezes mais que os 10% mais pobres e 7,65 vezes que os 50% mais pobres em 1970. Por fim, essa diferença reduziu para 10 e 6,25 vezes, respectivamente.

Para a população com ensino médio, observa-se uma redução da renda média ao longo das décadas. Entre 1970 e 1980, o rendimento médio reduziu 0,62%. As reduções mais expressivas foram observadas entre 1980 e 1990 e 2000 e 2010, sendo 24,67% e 31,90%, respectivamente. Observou-se que apenas a população até o trigésimo quantil obteve rendimentos maiores na década de 2010. Para o restante das amostras, todos os indivíduos tiveram redução no rendimento médio. Em 1970, os mais ricos receberam 19,23 vezes mais que os mais pobres. Em 2010, essa diferença declinou para 11,76 vezes.

Cumprе ressaltar que as rendas auferidas pelos segmentos extremos da população catarinense, segundo os níveis de escolaridade, foram mais distintas ao longo do período, ou seja, os indivíduos que estão entre os 1% mais ricos apropriam-se da renda total de mais da metade da população restante. No outro extremo, mais de 50% da população recebeu rendimentos inferiores à renda média dos períodos.

Na década de 1970, a renda dos 1% mais ricos com ensino superior foi 2 vezes maior que daqueles com ensino médio e 4,6 vezes maior que a da população com

ensino fundamental. Essas mesmas informações passaram para 2,5 e 3 vezes mais, respectivamente, na década de 2010. Já a parcela dos 10% mais pobres com ensino superior recebeu 1,54 vezes mais que a população com ensino médio e 4 vezes mais que as pessoas com ensino fundamental. Em 2010, esses dados reduziram-se para 1,37 e 1,40 vezes mais.

Assim, verifica-se que o aumento no nível de escolaridade de uma sociedade constitui um instrumento essencial para reduzir a desigualdade salarial. Por isso, faz-se necessário o fomento de políticas centradas na expansão da educação, promovendo uma redução na heterogeneidade educacional como estratégia para auxiliar na redução da desigualdade de renda. Ademais, a educação produz externalidades positivas em toda a sociedade.

Por fim, a última análise realizada foi o papel da educação na evolução da desigualdade de renda entre os grupos gênero e cor. O objetivo foi observar os principais diagnósticos da desigualdade racial e de sexo, relacionado aos diferentes níveis de educação, gerando um sinal adicional sobre a necessidade de mobilização de recursos e políticas que visem a erradicação da desigualdade de renda no estado.

O índice de Gini do rendimento dos homens, em média, é maior que o das mulheres. O mesmo ocorre com a instrução educacional, onde novamente o rendimento das mulheres, em média, é menor do que o dos homens nos períodos analisados.

Os maiores índices de Gini foram observados entre a população com escolaridade em nível superior. Para o sexo feminino, os menores índices compreenderam as mulheres que possuem ensino médio, já para os homens com ensino fundamental. A desigualdade de renda reduziu para ambos os casos em 2010, porém com menor intensidade para homens e mulheres com ensino superior, em que ocorrem os maiores rendimentos.

Outro destaque é que a população branca mais rica com ensino superior auferiu rendimentos 75% superiores aos indivíduos não brancos mais ricos com o mesmo nível de instrução. Porém, as maiores diferenças de renda entre o décimo mais pobre e o percentual mais rico estão entre a população com ensino fundamental. Ou seja, os brancos mais pobres ganharam 40% mais que os pobres não brancos e 97% a mais entre a parcela mais rica. O rendimento médio dos indivíduos com ensino superior foi o que menos cresceu na última década, isso pode ser explicado pelo aumento de pessoas formadas em áreas menos demandadas pelo mercado. Segundo o IBGE (2012), o número de trabalhadores com curso superior cresceu 63% nos últimos oito anos, porém, o diploma de curso superior não tem assegurado poder de compra, pois há falta de profissionais em setores específicos, e com qualificação técnica. A maioria

das graduações está em áreas humanas, enquanto que há falta de profissionais nas áreas exatas e na formação de tecnólogos.

Além disso, as políticas públicas foram fundamentais para o aumento do acesso à educação no Brasil, resultando em um aumento na escolaridade média no país, que propiciou uma queda na distância educacional entre as classes sociais. Outra consideração a ser feita é que a desigualdade de renda pode ser resultado da heterogeneidade educacional, que pode ser gerada quando o mercado remunera de forma diferente as pessoas igualmente produtivas.

5.5 Considerações finais

Os resultados mostraram que a desigualdade de renda tanto para SC apresentaram reduções significativas na última década. Porém, ainda assim, o índice de Gini demonstrou que a desigualdade de renda continua elevada. Na análise da participação de renda, verificou-se que há uma concentração de renda nos extremos mais ricos da população, sendo que a diferença da renda entre o estrato mais rico e mais pobre pode chegar a três vezes.

Constatou-se uma redução na distância dos rendimentos entre os mais pobres e os mais ricos na última década. Com um aumento no rendimento médio das parcelas mais pobres da população, e uma queda no rendimento da parcela mais rica. Dessa forma, esse resultado não se aproxima ao que é considerado eficiente no sentido de Pareto, ou seja, a melhora de um grupo só ocorreu com a perda de outro. Por isso, o papel desempenhado pela mensuração e avaliação do bem-estar e da pobreza serve para a elaboração de políticas públicas e a avaliação da equidade dessas políticas.

A utilização de políticas públicas está inserida no segundo teorema do bem-estar, o qual compreende a concepção de que o mercado, por si só, não é capaz de assegurar a obtenção de alocações justas. Com isso, o governo é o principal responsável pela implementação de políticas redistributivas, que realizam a redistribuição desejada sem que as condições de eficiência sejam alteradas.

Considerando a análise entre os gêneros, verificou-se uma queda na desigualdade de renda para ambos os sexos na última década. O índice de Gini para o sexo feminino foi menor que o masculino na maioria dos períodos analisados. O rendimento médio das mulheres catarinenses foi, em média, 1,5 vezes menor que o rendimento dos homens.

Na análise da desigualdade de renda pela variável cor, observou-se que o índice de Gini para a população não branca é menor que o dos brancos. O rendimento

médio dos brancos esteve superior aos não brancos em toda a análise histórica. Os indivíduos brancos catarinenses ganharam, em média, 1,63 vezes mais que os não brancos. Outro fato observado é que os brancos são mais ricos e mais desiguais, enquanto que os não brancos são mais iguais e mais pobres.

A desigualdade de renda apresentada pelos níveis de educação resultou em um índice de Gini inferior entre os indivíduos com ensino fundamental, e índices de desigualdade mais elevados entre o ensino superior e ensino médio. Constatou-se que o rendimento médio dos indivíduos com ensino fundamental aumentou em 2010, ao ser comparado com 1970. Isso não ocorreu para os indivíduos com ensino médio e ensino superior, ambos sofreram uma queda no rendimento médio ao longo do período considerado.

Dentre as principais conclusões e evidências que podem ser extraídas desta pesquisa, destaca-se a relevância do tema desigualdade na distribuição de renda associada ao grau de escolaridade da população. Além disso, para todas as análises, a queda na desigualdade na última década significou uma diminuição da distância entre os pobres e ricos, a renda dos extratos mais pobres aumentou proporcionalmente mais do que a dos demais grupos. Esse aumento na renda esteve associado a diversos fatores, entre eles está o aumento educacional da população e as políticas sociais de transferência de renda do governo. Estudos como este, são de suma importância para os governos analisarem o comportamento da desigualdade de renda da população, bem como para a implementação e avaliação das políticas públicas, visando diminuir a desigualdade de renda e melhorar o bem-estar social.

Notas

¹ Cardoso (1969) afirma que a acumulação de capital (crescimento econômico) no Brasil, no início do regime militar, só seria compatível com o aumento da desigualdade via desestabilização da classe trabalhadora, para que o salário fosse reajustado abaixo da produtividade do trabalho.

² Índice de Gini: coeficiente utilizado para medir o nível de desigualdade de um país ou região. Esse coeficiente pode variar de 0 a 1, sendo que 0 representa ausência de desigualdade e 1 máxima desigualdade (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade) (HOFFMAN, 2009).

³ Várias são as teorias sobre o tema em questão, teorias distintas, que frequentemente estão em conflito, mas com algumas características em comum. John Rawls, em sua teoria, defende a igualdade da liberdade e distribuição de bens primários. Robert Nozick exige igualdade dos direitos libertários por meio dos direitos individuais de propriedade.

Referências

ALBRECHT, Marisa S. **Relações de gênero no Brasil e em Santa Catarina: reflexos de uma construção histórica**. Londrina, 2011.

ALVIN, Augusto M; BAGOLIN, Izete P.; CARNEIRO, Douglas M. **Programa de transferência de renda e desigualdade: Impactos do programa bolsa família sobre a desigualdade no Rio Grande do Sul de 2004 a 2009**. Porto Alegre, 2009.

ARUTO, Pietro C; VIEIRA, Osnilo Filho; V. SANTOS, Leandro. **Análise conjuntural da mulher no mercado de trabalho catarinense**. Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://www.sst.sc.gov.br/sine/arquivos/analise/Mulher-no-mercado-de-trabalho.2013.pdf>>. Acesso em: maio 2013.

BAGOLIN, Izete P; PORTO JÚNIOR, Sabino. **A desigualdade da distribuição da educação e o crescimento no Brasil: índice de Gini e anos de escolaridade**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. (Texto para discussão, n. 9). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/PPGE/pcientifica/2003_09.pdf>. Acesso em: 10 maio 2013.

BARROS, Ricardo P; HENRIQUES, Ricardo; MEDONÇA, Rosane. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão, n. 800). Disponível em: <https://www.tce.to.gov.br/sitephp/aplic/licitacao/documentos/editais/td_0800.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2012.

CARDOSO, Fernando H. FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: LTC, 1969.

FERNANDES, Claudia M. **Desigualdade de rendimentos e educação no Brasil: alguns indicadores de diferenças regionais**. Rio de Janeiro: Econômica, 2001.

FERREIRA, Luiz M.; REDIVO, André S.; VIEIRA, Pedro A. A formação socioeconômica de Santa Catarina ajuda a explicar porque o estado apresenta a menor concentração de renda do Brasil?. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 5, 2011, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis, APEC 2011.

FERREIRA, F.H.G. **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? Desigualdade e Pobreza no Brasil 2000**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão, n. 807). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4061>. Acesso em: 23 ago. 2012.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. São Paulo: Cengage Learning, 2009. Acesso em: 13 abr. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 1970, 1980, 1990, 2000, 2010**. Microdados (Cd-rom).

_____. **Censo Demográfico 2010 / 2012**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 out. 2012.

IPEADATA. **Social**. Brasília, 2013. Disponível em: <www.ipedata.gov.br>. Acesso em: 11 abr. 2013.

COLELL, Andreu M.; GREEN, Jerry R.; WHISTON, Michel D. **Microeconomic Theory**. Hardcover, 1995.

NERI, Marcelo. **Desigualdade de renda da década**. São Paulo: FGV, 2011. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/bd/DD/DD_Neri_Fgv_TextoFim3_PRINC.pdf>. Acesso em: 16 set. 2012.

PAES DE BARROS, R.; MENDONÇA, R. **Bem-Estar, pobreza e desigualdade de renda**: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais. Rio de Janeiro: IPEA, 1995.

_____. ; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **O combate à pobreza no Brasil**: dilemas entre políticas de crescimento e políticas de redução da desigualdade. Rio de Janeiro IPEA 1999.

PYKETTY, Thomas. **Capital in the twenty – First Century**. 2014

PINDYCK, Robert S; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. São Paulo: Pearson, 2009.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Vanderson A. **O equilíbrio geral**: uma abordagem histórica e conceitual. Lins, 2009. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC32540220843.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

SOUZA, Luiz G. **Economia do bem-estar**. In: Observatorio de La Economía Latinoamericana, n. 158, 2011. Disponível em: <<http://www.eumed.net/coursecon/ecolat/br/>>. Acesso em: 10 out. 2012.

STATISTICAL PACKAGE FOR SOCIAL SCIENCES - SPSS. **Versão 20.0**. SPSS Inc., 1 CD-ROM.